

Sumário

Nota do Autor à 3ª Edição	1
Nota do Autor à 2ª Edição	5
Nota do Autor à 1ª Edição	7
Prefácio (3ª Edição)	11
Prefácio (1ª Edição)	15
Homenagem ao Professor Luiz Flávio Gomes	19
Introdução	21
1 Acesso à justiça criminal e diálogo	25
1.1 Acesso à Justiça Criminal e os novos espaços de consenso no processo penal.....	34
1.2 Conflito Penal e Judicialização.....	36
1.3 Historicidade do Acesso à Justiça Criminal.....	41
1.4 Diálogo.....	47
1.5 Justiça Restaurativa.....	51
1.6 Modelo Dialógico de Acesso à Justiça e de Administração de Conflitos Criminais.....	56
2 Consenso no Processo Criminal	63
2.1 Meios Alternativos de Solução de Conflitos.....	66
2.1.1 Mediação.....	69
2.1.2 Conciliação.....	70

2.1.3	Negociação.....	71
2.1.4	Arbitragem	75
2.2	O Consenso em Matéria Criminal em Portugal.....	77
2.3	O Consenso em Matéria Criminal na América do Sul...	82
2.4	Mediação Pedagógica e Justiça Criminal.....	86
2.4.1	Processos circulares e violência escolar	90
2.5	Justiça restaurativa e Paz no Lar	94
3	Consenso como Mecanismo de Proteção Eficiente da	
	Vítima e Reaproximação da Justiça Material	97
3.1	Teoria de Ação de Direito Material no Processo Penal e a Proteção Eficiente da Vítima.....	97
3.2	Processo Penal e a Instrumentalidade Constitucional ...	99
3.3	Jurisdição Penal	103
3.4	Teorias da Ação.....	104
3.5	Teoria geral do Processo e Categorias próprias do Processo Penal	107
3.6	Condições da Ação no Processo Penal.....	109
3.7	Relação Jurídica	110
3.8	Relação Jurídica de Direito Material.....	111
3.9	Relação Jurídica Processual	111
3.10	Tutela Jurisdicional.....	112
3.11	Direito Subjetivo	114

3.12 Da Pretensão.....	117
3.13 Teoria Circular dos Planos no Processo Penal	118
3.14 Teoria da Ação de Direito Material.....	120
3.15 Significado Prático da Teoria da Ação de Direito Material	123
3.16 A não Revitimização do Processo Penal pela Compreensão da Ação de Direito Material (Penal)....	124
3.17 O Consenso Criminal como Concretização da Ação de Direito Material.....	127
4 Núcleos Especiais Criminais – Necrimis como Mecanismo de Acesso à Justiça Criminal	133
4.1 Origem dos Núcleos Especias Criminais	133
4.2 Consenso no Processo Penal e a atuação do Estado.....	138
4.3 Conciliação Incidental em Crimes de Ação Penal Pública Incondicionada	143
4.4 O Resgate da Paz Social pelo Diálogo.....	148
4.5 Legitimidade da Atuação do Delegado de Polícia Conciliador	150
4.6 Controle da Criminalidade pelo Diálogo	157
4.7 O Delegado de Polícia Resolutivo no Processo Penal e na Legislação Especial.....	158
4.8 A Função Política do Delegado de Polícia Resolutivo...	160
4.9 Núcleos Especiais Criminais Itinerantes como mecanismo de Inclusão Social	162

4.10 Mediação de Conflitos Coletivos como Mecanismo de Paz Social e de Investigação Antecipada (Preventiva) de Crimes. Atuação Persecutória Preventiva como Meio Eficiente de Produção Probatória	165
4.11 Âmbito de atuação dos Núcleos Especiais Criminais	173
4.12 Núcleos de Conciliação e a Eficiente Persecução Criminal.....	178
4.13 Núcleos Especiais Criminais pela Análise Econômica do Direito Penal.....	184
4.14 Experiências e Primeiros Resultados dos Núcleos Especiais Criminais no Brasil.....	187
4.15 Estruturação do NECRIM no Estado de São Paulo	188
4.16 NECRIM 3.0: Justiça Negocial e Ações Especializadas ...	194
Conclusões.....	197
Referências.....	201
QR Code Material Complementar.....	219